

Resumo

No presente texto nos propomos a fazer um diagnóstico e estimarmos alguns efeitos do uso das TICs por parte dos membros brasileiros do parlamento. No Brasil, a Câmara dos Deputados tem procurado ampliar a área de participação eletrônica, através do seu portal eletrônico (<http://www2.camara.gov.br/>) buscando contribuir para novas formas democráticas de interação entre o setor público e a sociedade civil. Este portal tem como objetivo aumentar os canais de participação política, deliberação e transparência através do desenvolvimento de ferramentas de interação entre cidadãos e deputados, como “Fale com o Deputado”, fóruns e salas de chat. Para uma análise precisa da utilização desses canais o Centro de Estudos Legislativos em cooperação com a Universidad de Salamanca desenvolveu um survey complexo, sendo que dentre os objetivos desse survey vislumbrava-se descobrir a frequência e modo de uso das ferramentas TIC’s disponibilizadas pela Câmara dos Deputados. Assim, nesse texto, no primeiro momento discorreremos sobre o marco teórico que arregimentam as conjecturas, depois analisamos dados descritivos para, por último, , estimarmos alguns efeitos através de análise de correspondência.

Palavras-Chave: Democracia digital - Parlamento - Internet - Representação.

Abstract

In this paper we propose to make a diagnosis of the use of ICTs by the Brazilian members of parliament. In Brazil, the House of Representatives have sought to enlarge the area of electronic participation through its electronic portal (<http://www2.camara.gov.br/>) contributing for new democratic forms of interaction between the public sector and civil society. This portal aims to increase channels of political participation, deliberation and transparency through the development of interaction tools between citizens and deputies, such as “Talk to the MP”, forums and chat rooms. We developed a survey questionnaire to find out with which frequency ICT tools have been used by MP’s and, if they used it, if the interactions with citizens through these technologies have influenced their decisions in parliament. We will try to identify patterns of usage by the members of Brazilian parliament through the analysis of different elements such as age, gender, education, ideology, region and other independent variables. At first we analyzed descriptive data, and then estimate some effects through a regression analysis

Key words: Digital democracy – Parliament – Internet – Representation.

Representação Política E Internet - Uso Das Tics Por Membros Do Parlamento Brasileiro.

Marcus Abílio Gomes Pereira - Universidade Federal de Minas Gerais

Manoel Leonardo dos Santos - Universidade Federal de Minas Gerais

Helga do Nascimento de Almeida - Universidade Federal de Minas Gerais

INTRODUÇÃO

A conexão entre o aumento da informação política disponível na internet e o potencial incremento do nível de conhecimento dos cidadãos foi uma expectativa gerada por muitos estudiosos da relação entre internet e política no final dos anos 90 e início dos anos 2000 (Norris, 2001; Davis, 1999; Rheingold, 1993, Bimber, 1998)¹. Outra expectativa gerada à época foi a diminuição do controle da produção da agenda política pelos *gatekeepers*²- (Chadwick & Howard, 2009; Brundidge & Rice, 2009). Dentro deste cenário, uma das possíveis soluções para a diminuição dos problemas de nossas democracias seria o desenvolvimento dos canais digitais de informação e comunicação entre sistema político e a sociedade.

Dentro do campo de estudos sobre parlamentos digitais, um conjunto de trabalhos tem sido desenvolvido buscando compreender o potencial das TICs para o fortalecimento da imagem e da qualidade das atividades dos parlamentares (Kies, 2010; Coleman e Blumler, 2009; Leston-Bandeira, 2007; Norton, 2007; Coleman, 2005; Ward e Lusoli, 2005). Em função do ceticismo com que os parlamentares são percebidos tanto pela mídia massiva quanto pelos cidadãos, Coleman (2010) reafirma a importância da disseminação das informações produzidas pelos parlamentos como mecanismo de se contrapor à estas percepções negativas. Segundo Leston-Bandeira (2007) a internet permite que os parlamentos se comuniquem com diferentes atores, possibilitando uma maior transparência das decisões políticas e a disseminação de informações de forma mais ágil. Mas necessário ressaltar que o reconhecimento da importância da ampliação dos canais de interação entre parlamento e sociedade civil por parte dos primeiros não responde completamente à equação pela busca do fortalecimento democrático. O outro lado da equação é o da participação digital por parte dos atores da sociedade civil, demandando uma maior *accountability* por parte dos nossos representantes (Filgueiras, 2016) permitindo que estes atores utilizem novos canais de influência de forma a reduzir as barreiras para a participação nos processos de elaboração e definição de políticas públicas.

1 Contudo, sabe-se que o acesso à informação proporcionada pela mídia online não levou diretamente ao incremento da participação política dos cidadãos, (Bimber, 2001; Papacharissi, 2010, Brundidge & Rice, 2009; Hindman & Wiegand, 2008).

2 Na mídia e no campo editorial, os gatekeepers são responsáveis por tornarem visível o que consideravam público. “O espaço público era público porque as informações que se tornavam visíveis a todos tinham sido objeto de uma seleção cuidadosa por profissionais que obedeciam às normas deontológicas. Esse modo de produção do espaço público pelas mídias assegurava a visibilidade e o caráter público das colocações” (Cardon, 2012:32)

Desta forma, para uma efetiva participação digital de atores da sociedade civil é necessário que os governos criem um ambiente no qual os cidadãos possam ser ouvidos em suas diferentes demandas e percepções e que estes tenham o *feedback* necessário para perceberem que suas demandas estão sendo levadas realmente a sério (Coleman, 2010). A adoção das TICs pelos parlamentos não só cumpre a função de fortalecer a imagem dos parlamentares e permitir uma comunicação entre estes e os cidadãos, mas também permite um maior controle por parte da sociedade civil sobre as atividades desenvolvidas pelos seus representantes.

Por sua vez, no campo deliberativo muitos estudos buscaram apontar a internet como novo espaço público capaz de promover debates e fomentar a elaboração de razões públicas e justificáveis (Bohman, 2004; Gastil, 2003; Fishkin 2003; Wilhelm 2000; Delli Carpini et al, 2004, Dean, 2003, Gimmler, 2001, Polletta and Lee, 2006; Froomkin, 2003).

No caso brasileiro, o uso da internet tem promovido novas possibilidades de interação entre o sistema político e a sociedade civil, pois permitiriam o fortalecimento dos mecanismos de interlocução entre cidadãos e seus representantes eleitos, diminuindo assim a assimetria informacional entre eles e enriquecendo o repertório de informações sobre os interesses dos cidadãos (Anastasia & Nunes, 2006; Marques, 2008, 2010). O portal do governo brasileiro³ é um exemplo que reforça a importância de formas participativas democráticas, como fica explícito em sua mensagem inicial:

Com o objetivo de ampliar os espaços democráticos no Governo Federal, os fóruns de debate se constituem em canais de diálogo entre o Governo e a sociedade civil organizada. São instrumentos legítimos nos quais a administração pública discute mecanismos que aprofundem a interação e fortaleçam a participação desta sociedade nas políticas públicas. São muitos os exemplos de canais abertos ou revitalizados pelo Governo Federal, com o objetivo de incluir a experiência acumulada por diversos setores do País ao longo do tempo⁴.

Assumimos, nesse artigo, que as novas TICs poderiam colaborar para o fortalecimento da imagem e da qualidade das atividades dos parlamentares através da comunicação entre estes e os cidadãos, possibilitando uma maior transparência das decisões políticas e a disseminação de informações de forma mais ágil. Dessa forma, elaboramos aqui um diagnóstico do perfil dos deputados federais (legislatura 2007-2010), que se apropriam dos novos canais de informação e comunicação virtuais existentes, especificamente através da análise das ferramentas virtuais “*Fale com o Deputado*”, “Fóruns” e “Chats”. Ferramentas estas disponibilizadas pelo Poder Legislativo para os parlamentares no portal eletrônico da Câmara dos Deputados⁵.

No Brasil, a Câmara dos Deputados tem procurado ampliar os espaços de participação eletrônica na busca por uma governança forte⁶, através de seu portal eletrônico⁷, buscando restaurar a legitimidade do sistema político e contribuindo para novas formas democráticas de interação entre o setor público e a sociedade civil. Este

3 <http://www.brasil.gov.br/>

4 http://www.brasil.gov.br/participacao_popular/forum/

5 <http://www2.camara.gov.br/>

6 Governança eletrônica forte relaciona-se ao desenvolvimento de mecanismos que sejam capazes de aumentar a participação de atores da sociedade nos processos de definição de políticas e discussão de temas antes restritos ao sistema político (Frey, 2002)

7 <http://www2.camara.gov.br/>

portal busca a ampliação de mecanismos de participação, transparência e controle social. Para tanto, foram desenvolvidos mecanismos de interação entre cidadãos, funcionários públicos e deputados federais⁸.

A análise do “Portal da Câmara Dos Deputados” permite, claramente, a identificação dos esforços feitos para aproximar cidadãos e a instituição legislativa na aba “Participe”⁹. Observam-se no portal espaços de participação popular, tais como blogs, salas de bate papo, “Sua proposta pode virar lei”¹⁰, “Fale com o Deputado” e “Fale com a Ouvidoria”¹¹. Na presente pesquisa são analisadas três ferramentas digitais específicas:

Fale com o deputado - este espaço não é, como o próprio *site* afirma, um espaço para denúncias, mas sim para sugestões, reclamações, elogios e solicitações. Disponibiliza o nome de todos os deputados e deputadas, os partidos políticos e unidades da federação. O remetente deve obrigatoriamente disponibilizar seu nome e email de contato, podendo ainda preencher uma caixa de texto com comentários sobre a questão levantada. As mensagens poderão ser enviadas para um ou mais deputados.

Fóruns – Os fóruns foram criados a partir de grandes questões. Tem início a discussão a partir da iniciativa de algum parlamentar ou consultor legislativo sobre algum ponto da questão proposta. Os cidadãos postam mensagens a partir desta iniciativa dos parlamentares e consultores. Existiam, há época três fóruns de discussão em funcionamento (Cultura, Consolidação das leis da área de saúde e Consolidação das leis do setor de energia elétrica)¹².

Bate papo - Nesta seção a sociedade pode interagir com o seu representante e discutir questões que considere relevantes. Segundo a página da Câmara:

A Agência Câmara realiza, quinzenalmente, bate-papo pela internet com deputados relatores de matérias polêmicas ou que se destacam em um determinado tema de interesse da sociedade. Os bate-papos são agendados e a data de realização é divulgada na página principal do portal da Câmara dos Deputados. Para participar do debate, os internautas devem acessar a Agência Câmara de Notícias (online)¹³.

O artigo foca em duas questões chave:

A primeira é: *Estariam estes canais institucionais de interação digital sendo, de fato, utilizados pelos deputados federais?*

A segunda é: *Os parlamentares levam em consideração as proposições feitas digitalmente pelos cidadãos de forma a balizarem suas decisões no parlamento?* Trata-se de uma questão chave sobre os espaços de interação

8 Para uma análise de todo o Portal da Câmara dos Deputados ver Marques, 2008; 2010 e Braga, 2007

9 Ver “Anexos”, “Figura 1”.

10 Nessa categoria o Portal da Câmara dos Deputados se dedica a explicar o que é um “Projeto de Iniciativa Popular” e a “Comissão de Legislação Participativa”.

11 O instrumento “Fale com a Ouvidoria” tem por objetivo lavar ao cidadão “comunicar mau funcionamento ou irregularidades nas atividades e serviços administrativos da Câmara dos Deputados”. (Portal da Câmara dos Deputados, <http://www2.camara.leg.br/participe/fale-conosco/ouvidoria>).

12 O survey aplicado na Câmara em 2010 versava, obviamente, sobre as ferramentas que existiam, há época, no Portal da Câmara. Após a reforma de 2011 no Portal a ferramenta Fórum não existe mais.

13 <http://www2.camara.gov.br/popular>

entre parlamentares e cidadãos nos sites dos parlamentos, e se relaciona à existência ou não de *feedback* por parte dos parlamentares e/ou seus assessores¹⁴.

Sendo assim, para além das análises já desenvolvidas pela literatura em relação aos motivos para a não apropriação das tecnologias, tanto por parte dos atores estatais quanto por parte dos cidadãos (Marques, 2010; Autor, 2010, Fugini *et al*, 2005) queremos aqui também analisar se, uma vez se apropriando destas ferramentas digitais, em que medida isto influencia as posições dos parlamentares? Para tanto, desenvolvemos algumas estratégias metodológicas para alcançarmos nosso intento¹⁵.

DADOS E ESTRATÉGIAS ANALÍTICAS

O artigo conta com dados de duas diferentes fontes, um *survey* com os parlamentares e entrevistas semiestruturadas com responsáveis pelo funcionamento do Portal da Câmara dos Deputados¹⁶ e pelo Portal e-Democracia¹⁷.

Os dados de *survey* são relativos à segunda rodada de entrevistas do Módulo Brasil do projeto “Representação Política e Qualidade da Democracia: um estudo das elites parlamentares da América Latina”. O projeto é coordenado pelo “*Instituto Interuniversitario de Estudios de Iberoamérica y Portugal da Universidad de Salamanca - ES*” e que tem por objetivo investigar as opiniões, atitudes e valores dos parlamentares em 18 países latino-americanos. Especificamente no âmbito do Brasil o trabalho de campo foi realizado pelo Centro de Estudos Legislativos da Universidade Federal de Minas Gerais.

O *survey* foi realizado em 2010 e conta com uma amostra de 129 dos 513 parlamentares da Câmara dos Deputados, o que representa 25.1% da população. Para um nível de confiança de 95%, o erro teórico é de $\pm 7,4$ para o conjunto da amostra¹⁸. A amostra é estratificada por partidos e apresenta diferentes erros para cada um deles. Mas como não são realizadas aqui análises por partidos, considera-se o erro amostral para o conjunto dos dados.

O amplo questionário conta com duas perguntas específicas sobre o uso, pelos parlamentares, das ferramentas digitais disponibilizadas pelo Portal da Câmara dos Deputados. As perguntas foram formuladas nos seguintes termos:

P1 - Com que frequência o(a) sr(a) utiliza os seguintes meios eletrônicos de interação com os cidadãos disponibilizados pelo Portal da Câmara dos Deputados?

- Fale com o deputado – nunca/poucas vezes/algumas vezes/ muitas vezes
- Bate-Papo – nunca/poucas vezes/algumas vezes/ muitas vezes
- Fórum - nunca/poucas vezes/algumas vezes/ muitas vezes.

14 Apenas para exemplificar, segundo uma pesquisa desenvolvida em 2003 sobre parlamentares da União Européia, apenas 21.4 por cento respondeu ao e-mail enviado pelos pesquisadores (Kies, 2010).

15 Importante aqui ressaltar que esta pesquisa analisa apenas os dados relativos ao comportamento dos parlamentares, uma vez que não possuímos dados relativos ao uso das plataformas digitais pelos cidadãos. Sabemos que esta é uma limitação do presente estudo, mas acreditamos que, em função do caráter exploratório do mesmo a contribuição para o desenvolvimento do campo de estudos sobre parlamentos digitais está dada.

16 <http://www2.camara.leg.br/>

17 <http://edemocracia.camara.gov.br/>

18 Para detalhes sobre a metodologia do *survey*: http://americo.usal.es/oir/elites/bases_de_datos.htm.

P2 – Na atual legislatura, suas interações com os cidadãos por meio do Portal da Câmara dos Deputados têm influenciado suas posições:

- Em temas relativamente aos quais o(a) Sr(a) não tinha opinião formada (Sim/Não)
- Em temas em que os cidadãos sinalizam em uma direção distinta da sua posição original (Sim/Não)

Foram empregadas duas estratégias analíticas quantitativas: primeiro uma comparação de frequências, depois, uma análise da representação gráfica de uma tabela de múltipla entrada, recurso típico da técnica de estatística descritiva da Análise de Correspondências. O padrão de respostas sobre as duas questões em foco foi controlado por variáveis de interesse, tais como: ideologia, região do parlamentar, atividades parlamentares, *seniority*, entre outras.

Para além dos dados do survey¹⁹ também foram realizadas duas entrevistas semiestruturadas com responsáveis pelo funcionamento do Portal da Câmara dos Deputados quanto do Portal e-Democracia²⁰. Os dados qualitativos das entrevistas permitiram uma aproximação mais cuidadosa em relação ao fenômeno analisado. Nesse caso, a estratégia qualitativa aliada à análise de dados quantitativos foi fundamental para qualificar melhor as análises aqui empreendidas.

AS APROPRIAÇÕES DAS FERRAMENTAS DIGITAIS DO PORTAL DA CÂMARA PELOS PARLAMENTARES

De uma forma geral, o uso das ferramentas digitais disponibilizadas pelo “Portal da Câmara dos Deputados” é relativamente baixo. Mais da metade dos respondentes (55,8%) afirmou que “nunca usou” ou usou “poucas vezes” as três ferramentas disponibilizadas. Estes dados corroboram a entrevista dada por um de nossos entrevistados, que afirma que:

“Assim, a gente não tem o nível de participação de respostas que a gente gostaria. A gente não tem controle porque é uma coisa do gabinete do parlamentar. A gente até uma época dava um incentivo ... para a agência Câmara divulgar, fazer entrevista com os deputados que respondem mais, mais para divulgar isso,... mas tem deputados que não respondem” (Entrevistado 1)

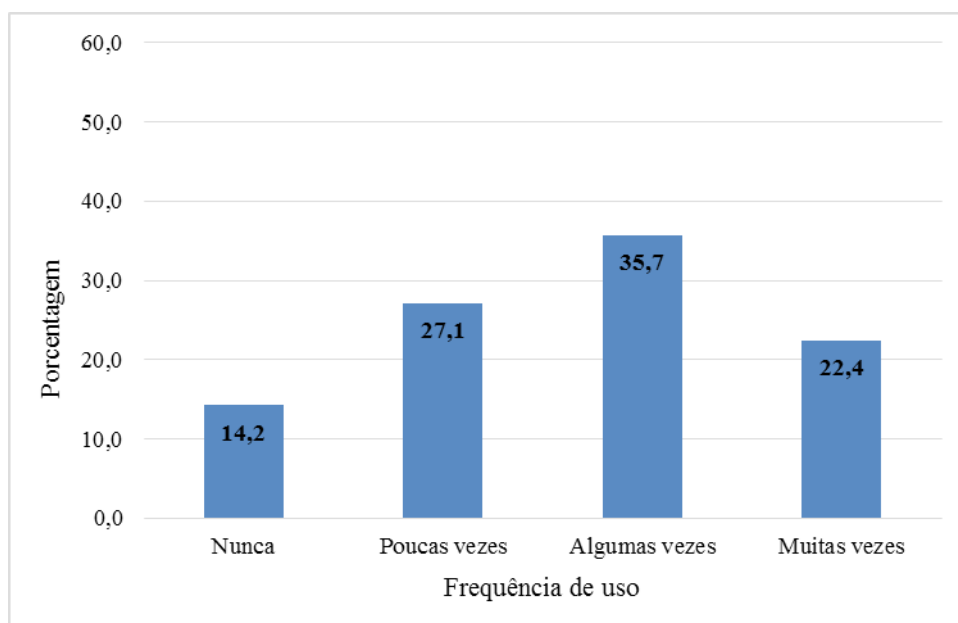
Se observarmos separadamente o uso das diferentes ferramentas vemos que, dos 129 parlamentares entrevistados, 85,2%²¹, ou seja, 110 deputados, afirmaram usar, mesmo que poucas vezes, a ferramenta “Fale com o Deputado”. Sendo que 14,2% nunca usaram e 22,4% afirmaram usar “muitas vezes”. O Gráfico 1 descreve o uso desta ferramenta.

19 Inicialmente, realizamos testes de nossas hipóteses, verificando a correlação entre as variáveis independentes e dependentes que trabalhamos para, enfim, estimar os efeitos das primeiras sobre as últimas, através de uma análise de regressão. Infelizmente os resultados não nos permitiram generalizações seguras e estatisticamente significativas.

20 Por razões éticas, registradas formalmente no termo de consentimento dos entrevistados, não identificaremos nenhum deles pelo nome. Tal garantia foi assegurada a todos os entrevistados, como maneira de preservá-los. Os entrevistados serão identificados respectivamente de “Entrevistado 1” e “Entrevistado 2”. As entrevistas foram realizadas presencialmente no primeiro semestre de 2010.g

21 27,1% + 35,7% + 22,4%

Gráfico 1. Frequência da utilização das ferramentas digitais da Câmara dos Deputados pelos parlamentares - “Fale com o Deputado”, 2010, Brasil

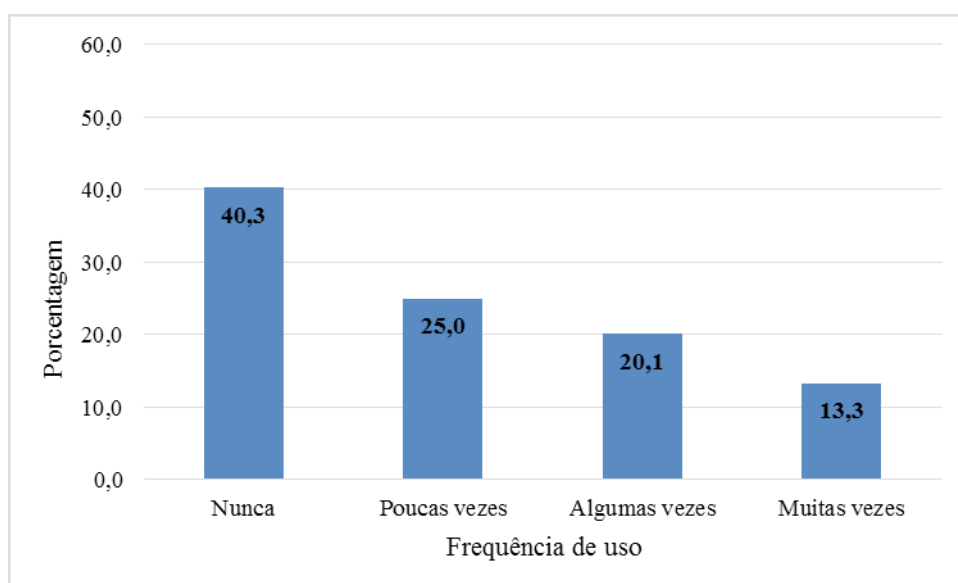


Fonte: Projeto “Representação Política e Qualidade da Democracia: um estudo das elites parlamentares da América Latina”, 2010.

*Da amostra apenas 1 deputado não respondeu à pergunta discutida no Gráfico 1, o que equivaleu a 0,6% da porcentagem total.

No caso da ferramenta “Bate Papo” o uso é ainda mais baixo. Esta ferramenta foi utilizada alguma vez por apenas 58,4% (77 dos 129 parlamentares entrevistados) sendo que 40,3% nunca usaram e apenas 13,3% afirmaram usar “muitas vezes”. É o que demonstra o Gráfico 2 a seguir.

Gráfico 2. Frequência da utilização das ferramentas digitais da Câmara dos Deputados pelos parlamentares - “Bate Papo”, 2010, Brasil.

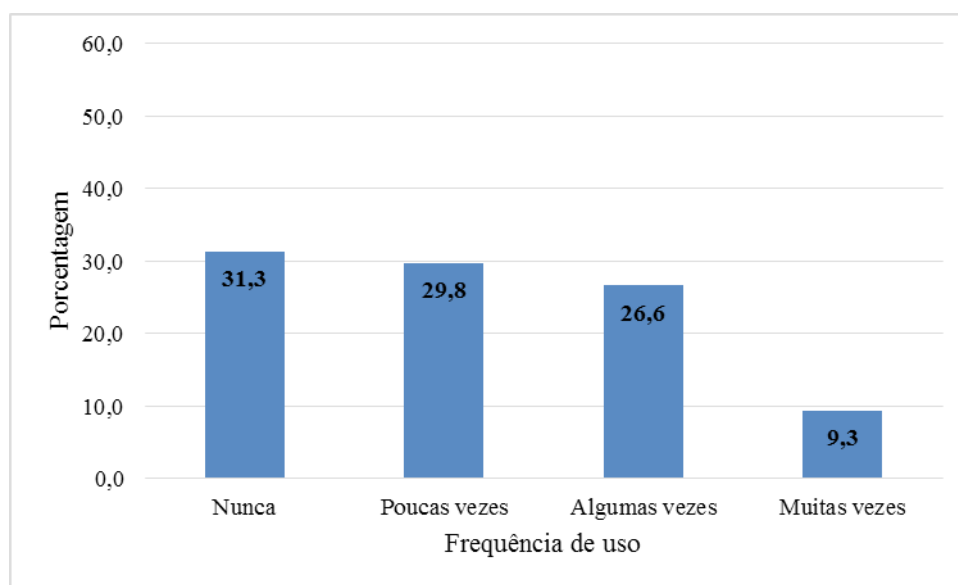


Fonte: Projeto “Representação Política e Qualidade da Democracia: um estudo das elites parlamentares da América Latina”, 2010.

Da amostra 1 deputado “não respondeu” à pergunta discutida no Gráfico 2, o que equivaleu a 0,6% da porcentagem total. Também 1 deputado “não soube” responder, o que equivaleu a 0,7% da porcentagem total.

A última ferramenta a ser analisada foi o “Fórum”. De acordo com as respostas de nossos entrevistados, 65,7%²² dos respondentes usaram a ferramenta, sendo que 31,3% dos 129 entrevistados nunca utilizaram deste dispositivo e apenas 9,3% o utilizaram “muitas vezes”.

Gráfico 3. Frequência da utilização das ferramentas digitais da Câmara dos Deputados pelos parlamentares - “Fórum”, 2010, Brasil.



Fonte: Projeto “Representação Política e Qualidade da Democracia: um estudo das elites parlamentares da América Latina”, 2010.

*Da amostra 2 deputados “não responderam” à pergunta discutida no Gráfico 3, o que equivaliu a 1,5% da porcentagem total. Também 2 deputados “não souberam” responder, o que equivaliu a 1,4% da porcentagem total.

Como já foi dito anteriormente, a atual versão do Portal da Câmara dos Deputados não possui mais a ferramenta digital “Fórum”. Um dos motivos para a eliminação de tal dispositivo digital talvez seja a própria observação feita pelo entrevistado 1. Segundo ele, “*o fórum a gente acha que não teve muito sucesso, né? É[...]*”. Mesmo com o desenvolvimento de diferentes estratégias, como a tentativa de envolvimento de determinadas comissões em discussões que poderiam interessar aos parlamentares vinculados a elas, não deram certo:

A gente imaginou na época envolver as comissões, a gente chegou a mandar uma carta para todos os presidentes de comissões para que eles propusessem essa discussão, eu acho que não deu certo. Não foi algo que deu certo. Eu não sei se a nossa ferramenta era... a comissão realmente não comprou essa ideia, a gente nota que a nossa arena legislativa ainda é muito conservadora, é muito fechada (Entrevistado 1).

O que podemos observar em relação aos três gráficos é que apenas a ferramenta “Fale com o deputado” estava mais difundida entre os parlamentares como um dispositivo digital de interação com os cidadãos. Um dos motivos talvez seja a própria estratégia desenvolvida pelos responsáveis pelo Portal da Câmara dos Deputados. Como sabemos, a *constituency* do parlamentar é formada por eleitores oriundos de seus estados.

22 29,8% + 26,6% + 9,3%

Não interessa a eles receber ou interagir, num primeiro momento, com cidadãos de outros estados da federação. A estratégia desenvolvida foi a seguinte:

A gente criou essa área “fale com o deputado” e lá tem uma triagem pelo 0800, chega lá eles fazem uma triagem. Porque as vezes tem coisas que é uma organização, quer mandar para cem deputados, ela é encaminhada para os deputados. E a gente fez uma interface para eles, que eles podem ver qual é o estado, porque isso eles têm muito interesse pelo estado, né? Se aquela pessoa é do estado deles (Entrevistado 1).

Percebe-se que as ferramentas “Bate-papo” e “Fórum” foram subutilizadas, dado que, no caso da primeira, aproximadamente 40% dos parlamentares nunca a utilizou, e no caso do “Fórum”, mais de 30% dos parlamentares também nunca se apropriou desta ferramenta. . Em relação à resposta “muitas vezes”, em todos os três casos menos de 25% dos parlamentares se apropriam das ferramentas com esta frequência, sendo que no caso do “Fórum” e do “Bate papo” esta porcentagem não chega nem a 15%. O que denota um uso muito baixo destas ferramentas pelos parlamentares.

Para tanto operacionalizou-se um “índice de utilização das ferramentas digitais” em que se pontuou do modo descrito no quadro abaixo.

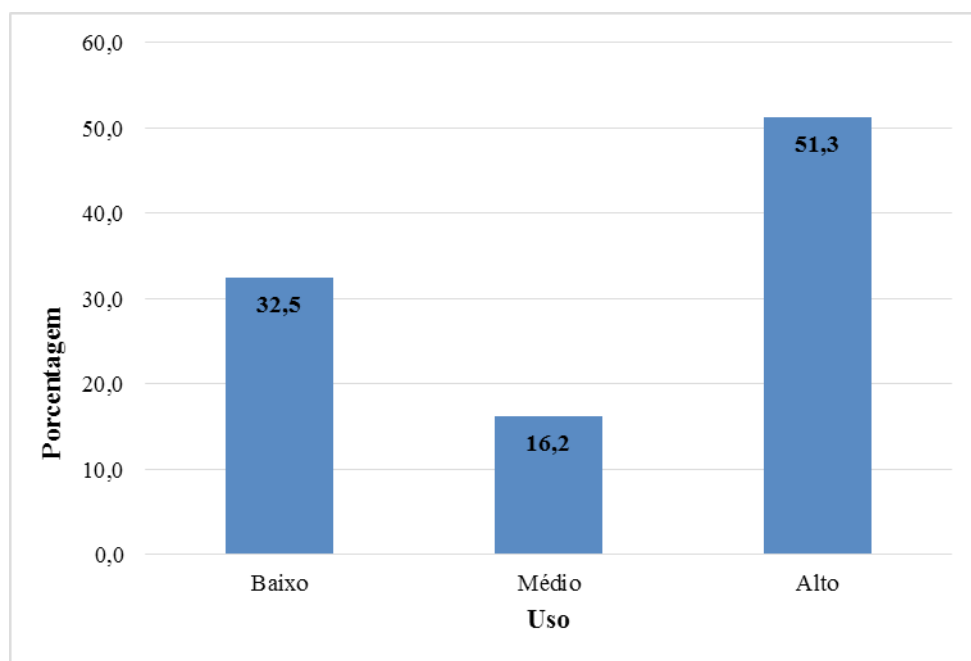
Quadro 1. Índice de utilização por deputados federais das ferramentas digitais, 2010, Brasil.

Variável	Operacionalização	Observação
Modelo 1: Fale com o Deputado	Categórica/binária: 0= não utiliza; 1= Utiliza (ainda que raramente)	Valores dicotômicos obtidos pela recodificação que agrega no valor 0 a resposta nunca utiliza e no valor 1 as respostas: poucas vezes, algumas vezes e muitas vezes.
Modelo 2: Bate-papo	Categórica/binária: 0= não utiliza; 1= Utiliza (ainda que raramente)	
Modelo 3: Fórum de Debates	Categórica/binária: 0= não utiliza; 1= Utiliza (ainda que raramente)	

Fonte: Elaboração dos autores, com base no Projeto “Representação Política e Qualidade da Democracia: um estudo das elites parlamentares da América Latina”, 2010.

O somatório desses valores oscilará de 1 a 3. Sendo que pode-se entender que quando o resultado do somatório for “1” o índice de utilização definir-se-á como “baixo”, ou seja, o parlamentar usa apenas uma modalidade disponível, o que significa um baixo aproveitamento das ferramentas disponíveis pela Câmara dos Deputados. Quando o somatório resultar “2” o índice será “médio”, ou seja, uso médio dos espaços disponíveis pela Câmara dos Deputados. E quando for “3” resultará em um índice “alto”, o que significa, um uso de todos os espaços disponíveis pela Câmara dos Deputados. Por fim, quando o valor for 0 isso indicará o parlamentar não utiliza nenhuma das ferramentas, e serão classificados como “não utilizam”. Para esta última categoria não foram encontrados casos, o que significa que ela pode ser suprimida da escala por falta de observações empíricas.

Gráfico 4. Índice de utilização das ferramentas digitais da Câmara dos Deputados pelos parlamentares, 2010, Brasil.



Fonte: Projeto “Representação Política e Qualidade da Democracia: um estudo das elites parlamentares da América Latina”, 2010.

Os dados agregados mostram que o fato dos parlamentares não utilizarem com muita frequência as ferramentas digitais de interação com os cidadãos não quer dizer que os mesmos não façam uso das tecnologias de informação e comunicação. Leston-Bandeira (2007) afirma que os parlamentares muitas vezes se utilizam das TICs para interagirem horizontalmente (entre eles) mais do que verticalmente (entre parlamentares e cidadãos). Como afirma a responsável pela coordenação do portal digital, os parlamentares utilizam muito a intranet da Câmara dos deputados:

Olha, eles olham muito a parte do plenário mesmo, proposições né? Eles tem uma área deles, né? que é o portal dos gabinetes. E essa área ela tá na intranet e ela traz informações sobre todos os parlamentares. É então essa área é uma área assim bastante acessada pelos deputados (Coordenadora do Portal da Câmara dos Deputados).

Para além do uso da intranet, que permite a interação digital entre os parlamentares, os deputados podem também interagir com a sua *constituency* através de outros canais digitais, como os seus e-mails, sites pessoais e plataformas digitais privadas. É o que afirma a nossa entrevistada:

E ainda tem o seguinte: tem a página do deputado. O deputado tem o e-mail dele, então isso também tira também um pouco de foco porque tem o espaço do próprio deputado e tem o seu e-mail. Mas assim, ele pode trabalhar mais aquela página, a nossa página, ela tá aqui institucional ... é diferente (Entrevistado 1).

DA INTERAÇÃO ENTRE PARLAMENTARES E CIDADÃOS

A segunda questão que nos motivou durante a pesquisa foi a possibilidade das interações digitais entre cidadãos e parlamentares influenciarem as decisões destes últimos. Duas foram as possibilidades desenvolvidas no questionário. Uma primeira, na qual o parlamentar seria influenciado pelas posições dos cidadãos quando aqueles não tivessem uma opinião formada sobre o tema em discussão. Outra questão que levantamos foi a possibilidade dos parlamentares modificarem suas posições já estabelecidas em função da interação digital com os cidadãos. A tabela abaixo demonstra as posições dos parlamentares manifestadas através do *survey*.

Tabela 1. Deputados federais e as possibilidades de que as interações com os cidadãos influenciem suas decisões x tipos de questões discutidas, 2010, Brasil.

		Tipos de questões	
		Questões sem conflito de opinião	Questões com conflito de opinião
Interações com os cidadãos por meio do Portal da Câmara têm influenciado suas posições	sim	55	45
		43,0%	35,2%
	não	69	74
		53,4%	57,4%
TOTAL		124	119

Fonte: Projeto “Representação Política e Qualidade da Democracia: um estudo das elites parlamentares da América Latina”, 2010.

*No cruzamento entre “Interações com os cidadãos por meio do Portal da Câmara têm influenciado suas posições” x “Questões sem conflito de opiniões” 5 deputados “Não responderam”, o que correspondeu a 3,6% da porcentagem total.

**No cruzamento entre “Interações com os cidadãos por meio do Portal da Câmara têm influenciado suas posições” x “Questões com conflito de opinião” 10 deputados “Não responderam” ou “Não sabiam”, o que correspondeu a 7,4% da porcentagem total.

De acordo com a Tabela 1 acima nota-se que, dentre questões não envolvem conflito de opinião, 43% dos deputados entrevistados tem sua opinião influenciada pelos cidadãos e 53,4% dos deputados não tem sua opinião influenciada pelos cidadãos. Já diante de questões que envolvem conflito de opinião os dados são ainda mais discrepantes, 57,4% dos deputados não tem sua opinião influenciada pelas interações com os cidadãos e somente 35,2% tem sua opinião influenciada pelos cidadãos. Isso demonstra que, apesar de existirem meios de interlocução entre cidadãos e parlamentares, meios estes disponibilizados pela Câmara dos Deputados, viu-se que na maioria das vezes os parlamentares não levam em conta o que foi dito através desses novos mecanismos de comunicação.

Buscamos também relacionar aqueles que afirmam utilizar as ferramentas e a possibilidade de influência nas suas decisões a partir das interações digitais disponibilizadas pelo Portal da Câmara dos Deputados, tanto no caso em que já tinham uma posição em relação a um tema, posição esta contrária à posição dos cidadãos, quanto no caso em que não tinham posição formada em relação a um tema em debate nos espaços de interação digital. Abaixo temos as tabelas que buscam relacionar estas informações.

Tabela 2. Índice de utilização das ferramentas digitais da Câmara dos Deputados pelos parlamentares x tipo de influência em questões com conflito, 2010, Brasil.

		Questões com conflito de opiniões		TOTAL
		Influencia	Não influencia	
Índice de utilização das ferramentas digitais da Câmara dos Deputados pelos parlamentares	Baixo	7	34	41
		15,6%	45,9%	34,5%
	Médio	9	10	19
		20,0%	13,5%	16,0%
	Alto	29	30	59
		64,4%	40,5%	49,6%
TOTAL		45	45	74
		37,8%	100,0%	100,0%

Fonte: Projeto “Representação Política e Qualidade da Democracia: um estudo das elites parlamentares da América Latina”, 2010.

A Tabela 2 demonstra como os parlamentares são influenciados ou não em questões que exista conflito de posições com os cidadãos, relacionando tal informação com o índice de utilização das três ferramentas digitais de interação disponibilizadas no Portal da Câmara dos Deputados. Esse índice computou as o nível de uso das seguintes ferramentas: “Fale com o Deputado”, “Bate Papo” e “Fórum. Como podemos ver, aqueles parlamentares que afirmaram utilizar muito as ferramentas digitais são mais influenciados (64,4%) pelas manifestações dos cidadãos em questões com conflito de opinião que aqueles que utilizam pouco ou regular.

Por outro lado, os parlamentares que dizem não ser influenciados por opiniões dos cidadãos em questões de conflito, 45,9% fazem um uso baixo das ferramentas digitais da Câmara dos Deputados. Enfim, a Tabela 2 sinaliza para nós que pode haver algum tipo de relação no sentido de que deputados que estão mais abertos a serem influenciados pelos cidadãos utilizam mais as ferramentas digitais disponibilizadas pela Câmara dos Deputados.

No caso em que não há opinião formada dos parlamentares em discussões com cidadãos que ocorrem através dos dispositivos digitais não há uma mudança significativa em relação à situação acima analisada. Chamamos atenção, como demonstra a Tabela 3 abaixo, que mais da metade dos parlamentares, especificamente 58,9%, que dizem ser influenciados em questões que ainda não tem opinião formada utilizam em alto nível as ferramentas digitais da Câmara.

Tabela 3. Estudo sobre o índice de utilização das ferramentas digitais da Câmara dos Deputados pelos parlamentares x tipo de influência em questões sem opinião formada, 2010, Brasil.

		Questões sem opinião formada		TOTAL
		Influencia	Não influencia	
Índice de utilização das ferramentas digitais da Câmara dos Deputados pelos parlamentares	Baixo	11	30	41
		19,6%	43,5%	32,8%
	Médio	12	9	21
		21,4%	13,0%	16,8%
	Alto	33	30	63
		58,9%	43,5%	50,4%
TOTAL		56	69	125
		100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Projeto “Representação Política e Qualidade da Democracia: um estudo das elites parlamentares da América Latina”, 2010.

Mesmo sabendo da impossibilidade de fazermos generalizações e de buscarmos correlações entre diferentes variáveis independentes e o uso das ferramentas digitais disponibilizadas no Portal da Câmara dos Deputados, procuramos desenvolver uma análise descritiva através de uma representação gráfica, para buscarmos algumas associações. Esta é a próxima seção de nosso trabalho.

Características dos deputados influenciados

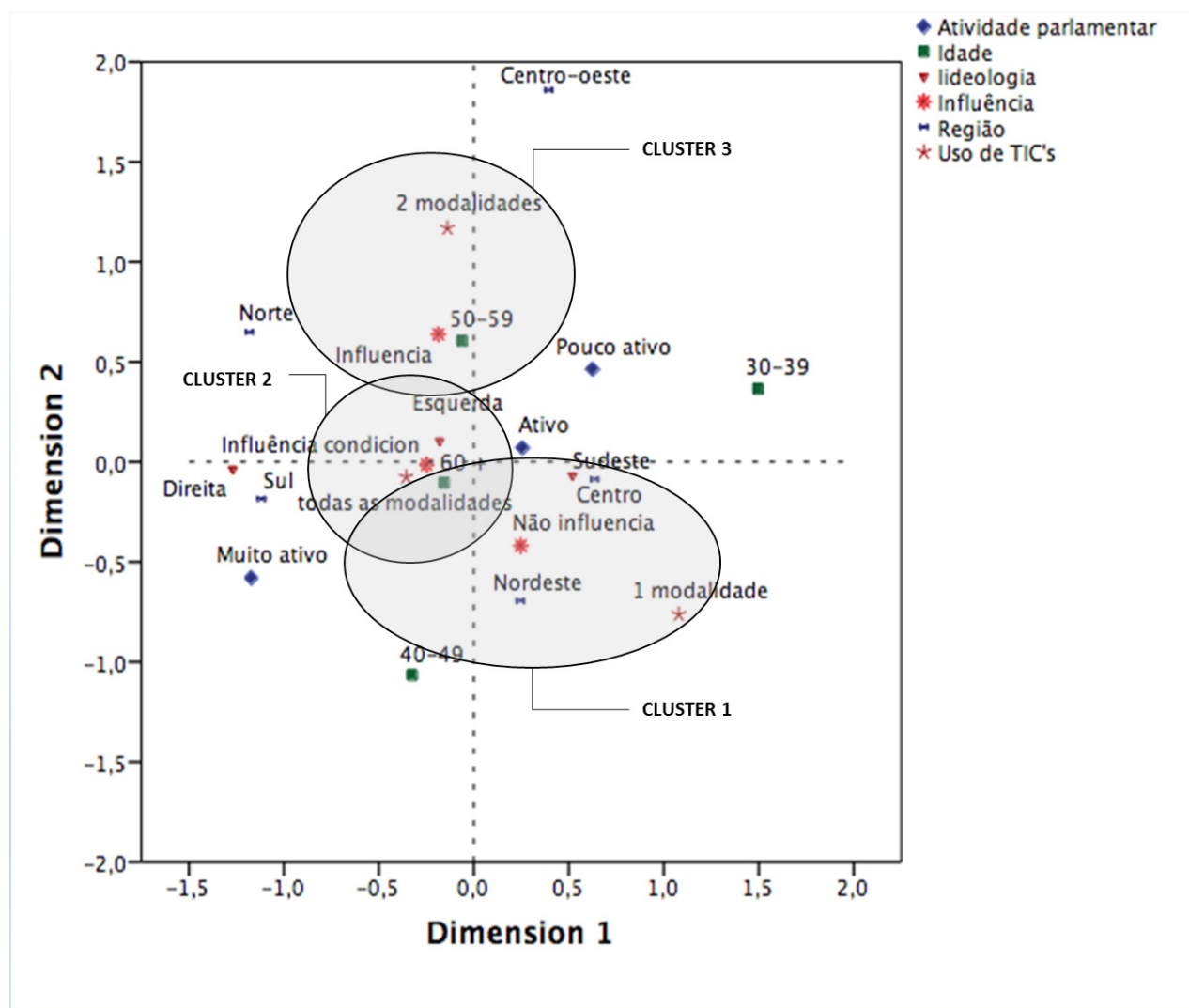
Análise de correspondência (AC) é uma técnica de análise exploratória de dados adequada para analisar tabelas de duas entradas ou tabelas de múltiplas entradas, levando em conta algumas medidas de correspondência entre linhas e colunas. A AC, basicamente, converte uma matriz de dados não negativos em um tipo particular de representação gráfica em que as linhas e colunas da matriz são simultaneamente representadas em dimensão reduzida, isto é, por pontos no gráfico. Este método permite estudar as relações e semelhanças existentes entre:

- as categorias de linhas e entre as categorias de colunas de uma tabela de contingência,
- o conjunto de categorias de linhas e o conjunto categorias de colunas.

A AC mostra como as variáveis dispostas em linhas e colunas estão relacionadas e não somente se a relação existe. Embora seja considerada uma técnica descritiva e exploratória, a AC simplifica dados complexos e produz análises exaustivas de informações que suportam conclusões a respeito das mesmas. A partir desta estratégia metodológica é possível compreender através de meios quantitativos ou mapas, as relações entre os elementos linha e coluna em que a proximidade no espaço bidimensional representa uma associação entre as categorias e o distanciamento uma repulsão entre categorias.

O gráfico abaixo nos mostra três agrupamentos possíveis, todos eles levando em consideração a variável influência como variável de referência, por ser ela a variável de maior interesse na análise.

Gráfico 1 - Análise de Correspondências entre variáveis categóricas relativas aos deputados federais, 2010, Brasil.



Fonte: Projeto "Representação Política e Qualidade da Democracia: um estudo das elites parlamentares da América Latina", 2010.

Por sua vez, a tabela abaixo nos permite associar as categorias com base em um critério estatístico objetivo. São consideradas categorias associadas aquelas que estão próximas a uma distância menor do que um desvio padrão.

Tabela 4. Distâncias euclidianas (associação) entre as categorias das variáveis de interesses a a possibilidade de influência, 2010, Brasil.

Variável	Categorias	Cluster 3 Influencia (0,97)	Cluster 2 Influencia condicional (0,92)	Cluster 1 Não influencia (1,17)
Atividade Parlamentar	<i>Pouco ativo</i>	1,784	1,668	1,679
	<i>Ativo</i>	1,600	1,078	1,256
	<i>Muito ativo</i>	3,233	2,134	2,622
Idade	<i>30-39</i>	3,244	3,420	3,027
	<i>40-49</i>	3,400	2,114	1,355
	<i>50-59</i>	0,217	1,168	2,523
	<i>60</i>	2,287	1,078	0,694
Ideologia	<i>Esquerda</i>	1,350	0,183	1,505
	<i>Centro</i>	2,331	1,666	0,867
	<i>Direita</i>	2,178	1,409	2,650
Uso das ferramentas (TIC)	<i>Não usa</i>	2,614	1,534	0,137
	<i>Usa uma</i>	3,751	3,002	1,501
	<i>Usa duas</i>	0,843	1,978	3,089
	<i>Usa todas</i>	1,477	0,343	1,809
Região	<i>Sul</i>	2,182	1,605	2,953
	<i>Sudeste</i>	2,327	1,659	0,859
	<i>Centro-oeste</i>	2,609	3,835	4,853
	<i>Nordeste</i>	2,527	1,513	0,204
	<i>Norte</i>	2,458	1,374	2,194

Fonte: Projeto “Representação Política e Qualidade da Democracia: um estudo das elites parlamentares da América Latina”, 2010.

A partir da tabela 4 e do gráfico 1 podemos observar a associação entre as categorias analisadas, gerando três clusters. Note-se que as categorias assumidas como parte do cluster são aquelas que têm a distância euclidiana a até no máximo um desvio padrão:

Cluster 1 - É o mais interessante e que permite análise mais completa entre as categorias associadas. Temos 5 categorias associadas aos parlamentares que responderam que a interação com os cidadãos “não influencia” as suas opiniões. Deputados com mais de 60 anos, com posicionamento ideológico de centro, exatamente aqueles que não usam as ferramentas tecnológicas e aqueles das regiões nordeste e sudeste.

Cluster 2 - Este cluster é também bastante intuitivo e cremos que é também muito interessante. São os parlamentares de esquerda e os parlamentares que fazem uso de todas as modalidades de ferramentas de tecnologia que assumem que a interação com os cidadãos pode, ainda que condicionalmente, influenciar suas opiniões.

Cluster 3 - Este conjunto não diz muita coisa. Deputados com idade entre 50 e 59 anos e que usam apenas duas das três modalidades afirmam que a interação com os cidadãos pode de fato influenciar suas opiniões.

É importante, por fim, salientar que a posição do Sudeste no gráfico pode ter a ver com uma sobre representação na amostra, o que faria que fosse suavizada suas características em comparação às demais regiões. Também informamos que não imputamos nomes às dimensões por elas conterem baixa variação, o que impossibilita que sejam ligadas contundentemente às categorias.

Por fim, também é relevante verificar a força a associação sugerida pela Análise de correspondências. A tabela 4 traz o teste de associação Alpha de Cronbach. O coeficiente Alpha de Cronbach é uma forma de estimar a confiabilidade de um questionário aplicado em uma pesquisa. Ele mede a correlação entre respostas em um questionário através da análise das respostas dadas pelos respondentes, apresentando uma correlação média entre as perguntas. O coeficiente α é calculado a partir da variância dos itens individuais e da variância da soma dos itens de cada avaliador de todos os itens de um questionário que utilizem a mesma escala de medição (HORA, MONTEIRO E ARICA, 2010).

O coeficiente deve ser analisado como forma de verificar a consistência interna de um questionário da seguinte forma: $\alpha \geq 0.9$ (Excelente); $0.9 > \alpha \geq 0.8$ (Boa); $0.8 > \alpha \geq 0.7$ (Aceitável) ; $0.7 > \alpha \geq 0.6$ (Questionável) Pobre $0.6 > \alpha \geq 0.5$ (pobre) e, por fim, $0.5 > \alpha$ (Inaceitável).

Tabela 5. Teste de Alpha de Cronbach entre variáveis categóricas relativas aos deputados federais, 2010, Brasil.

Dimensões	Alpha de Cronbach	Variância	
		Total (Eigenvalue)	Inércia
1	,538	1,813	,302
2	,402	1,503	,251
Total		3,317	,553
Média	,476a	1,658	,276

a. Mean Cronbach's Alpha is based on the mean Eigenvalue.

Fonte: Projeto “Representação Política e Qualidade da Democracia: um estudo das elites parlamentares da América Latina”, 2010.

Dados os resultados, verifica-se uma consistência *Pobre* (entre 0,5 e 0,6) para a primeira dimensão e *Inaceitável* (< 0.5) para a dimensão dois. Os resultados encontrados na verdade são compatíveis com as tentativas frustradas de testar hipóteses pela via da análise de regressão, intento que não gerou frutos durante a análise, tal como reportado na nota 15.

CONCLUSÃO

Analizamos neste artigo a apropriação pelos deputados federais das ferramentas digitais “Fale com o Deputado”, “Fórum” e “Salas de Chat” disponibilizadas pelo Portal da Câmara dos Deputados. Analizamos também a potencial influência que as posições em relação à diferentes temáticas dos cidadãos manifestadas nestes espaços de interação digital teriam sobre as decisões tomadas pelos parlamentares. Um dos nossos objetivos foi o de promover uma discussão sobre a disponibilização de informações e as possíveis trocas argumentativas dentro de espaços digitais de interação disponibilizados pelo Portal da Câmara dos Deputados. Por fim, relacionamos um conjunto de variáveis socioeconômicas dos parlamentares com o uso das ferramentas digitais e com a possibilidade de serem influenciados pelas visões dos cidadãos sobre diferentes temáticas. Os dados utilizados foram produzidos a partir de um *survey* com os parlamentares e duas entrevistas semiestruturadas com responsáveis pelo portal.

Em relação à questão sobre a apropriação das ferramentas analisadas pelos parlamentares, os dados coletados nos permitem afirmar que estas ferramentas digitais são pouco utilizadas pelos nossos representantes. A partir do índice de utilização das ferramentas digitais por nós desenvolvido podemos constatar que apenas 51,3% dos parlamentares possui um índice alto de utilização das mesmas. Outro interessante achado é a afirmação de um de nossos entrevistados de que os parlamentares utilizam muito a Intranet da Câmara para interagir horizontalmente com seus pares. Ou seja, a tecnologia digital é utilizada, mas com o objetivo de interagir com outros parlamentares através do “Portal dos Gabinetes”.

Em relação à segunda questão norteadora deste estudo, a relação entre a utilização de ferramentas eletrônicas e a potencial influência nas suas decisões decorrentes das posições dos cidadãos manifestadas nestes ambientes digitais, os dados também são bastante interessantes. Os parlamentares que fazem um alto uso dos dispositivos digitais (64,4%) são os mais influenciados pelas posições dos cidadãos manifestadas nas ferramentas digitais quando há questões em conflito. Quando não há questões em conflito entre representantes e representados os parlamentares que fazem alto uso das ferramentas também são aqueles mais sujeitos a serem influenciados (58,9%).

A última parte do texto relacionou as características dos deputados influenciados e variáveis de interesse através de uma análise de correspondência (AC). Encontramos três clusters que colaboram para a compreensão da relação do perfil dos parlamentares com as possibilidades de influência. O primeiro cluster relaciona as categorias “60 anos”, posicionamento ideológico “centro” e regiões “nordeste” e “sudeste” e “não usa” as ferramentas digitais com a não influência das opiniões dos cidadãos sobre suas decisões. Este cluster corrobora a literatura que afirma termos uma fratura digital baseada numa questão geracional e também na questão das disparidades econômicas regionais, pois o Nordeste é uma das regiões brasileiras que apresenta os piores índices de inclusão digital do país²³. O segundo cluster descreve uma relação entre parlamentares de “esquerda”, “uso de todas as ferramentas digitais” com uma influência condicionada sobre as decisões dos parlamentares a partir das manifestações dos cidadãos nos espaços de interação digital. Por último, o cluster 3 relaciona deputados com idades entre 50 e 59 anos, que usam apenas duas das três modalidades e a afirmação de que a interação com os cidadãos pode influenciar suas opiniões.

Substantivamente, conclui-se que a análise descritiva aqui empreendida é relevante para a compreensão do comportamento dos parlamentares em relação ao uso de TICs, mas não autoriza generalizações para a população, visto que não foi possível pela via de testes de hipóteses mais robustos confirmar essas correlações apresentadas. A relevância do estudo, portanto, está em oferecer uma descrição cuidadosa do fenômeno, visando testes empíricos mais robustos no futuro.

23 Em relação à região sudeste, como já dito anteriormente devemos analisar com cuidado, dado que a sua posição no gráfico pode ter a ver com uma sobre representação na amostra, podendo suavizar suas características em comparação às demais regiões. Em relação aos dados relativos ao acesso à internet na região Nordeste ver: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2014/09/mais-de-50-dos-brasileiros-estao-conectados-internet-diz-pnad.html>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANASTASIA, F.; NUNES, F. (2006) “A reforma da representação”. In: Avritzer e Anastasia. *Reforma política no Brasil*. BH: Ed. UFMG, 2006
- BRAGA, S. (2007) *O papel das TICs na institucionalização das democracias*. Brasília: Câmara dos Deputados.
- BIMBER, B. (1998) “Internet and Political Transformation: Populism, Community, and Accelerated Pluralism”. *Polity*, V. 31, N. 1 pp. 133-160, 1998
- BIMBER, Bruce. (2001) “Information and political engagement in America: The search for effects of information technology at the individual level,” *Political Research Quarterly*, volume 54, number 1, pp. 53–67
- BOHMAN, James. (2004) “Expanding dialogue: The Internet, the public sphere and prospects for transnational democracy”. *The Sociological Review*, 52(1), p. 131-155.
- BRUNDIDGE, J.; RICE, R. (2009) “Political engagement online: Do the information rich get richer and the like-minded become more similar?” In A. CHADWICK & P. N. HOWARD (Eds.), *The handbook of Internet politics* (pp. 144-156). London and New York: Routledge.
- CARDON, D. (2012) *A democracia internet - promessas e limites*. Rio de Janeiro: Editora Forense.
- CHADWICK, A.; HOWARD, P. (2009) (Eds.) *The Routledge Handbook of Internet Politics*, New York: Routledge, 2010.
- COLEMAN, S. (2010). “Making parliamentary democracy visible: speaking to, with, and for the public in the age of interactive technology”. In: Chadwick & P. Howard (Eds.) 2010, *The Routledge Handbook of Internet Politics* New York: Routledge.
- COLEMAN, S.; BLUMLER, J.G (2009) *The internet and democratic citizenship – theory, practice and policy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- COLEMAN, S. (2005) “New mediation and direct representation: reconceptualizing representation in the digital age”. *New Media and Society*, 7:177.
- DAVIS, R. (1999) *The web of politics – the Internet’s impact on the American political system*. Oxford: Oxford University Press.
- DEAN, J. (2003) Why the net is not a public sphere. In. *Constellations*, v. 10, n. 1.
- DELLI CARPINI, M.X., COOK, F.L. & JACOBS, L.R. (2004) “Public deliberation, discursive participation, and citizen engagement: a review of the empirical literature.” In: *Annual review of political science*, v.7, pp.315-44;
- Estudio 55: Brasil. Ficha Técnica. http://americo.usal.es/oir/Elites/bases_de_datos.htm

- FILGUEIRAS, F. (2016) A política pública de transparência no Brasil: tecnologias, publicidade e accountability. In: Mendonça, RF; Pereira, MA e Filgueiras, F. *Democracia, tecnologia e redes: ação social, movimentos e transparência*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016. (no prelo).
- FISHKIN, James S. and LASLETT, Peter. (2003) *Debating Deliberative Democracy*, Oxford: Blackwell Publishing.
- FREY, K. (2002) “Governança eletrônica – experiências de cidades européias e algumas lições para países em desenvolvimento” In: EISENBERG e CEPIK (orgs). *Internet e política – teoria e prática da democracia eletrônica*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- FROOMKIN, A.M (2003) Habermas@discourse.net: toward a critical theory of cyberspace. *Harvard Law Review*, v. 116
- FUGINI M.G., MAGGIOLINI P., PAGAMICI B. (2005). “Por que é difícil fazer o verdadeiro ‘Governo eletrônico’”. *Revista Produção*, 15(3), 300-309
- GASTIL, John. (2003) Exploring the potential for democratic deliberation and socialization in online groups. Paper presented at the congress Democracy on the digital age – The information society project. Yale Law School.
- GIMMLER, A. (2001) “Deliberative democracy, the public sphere and the Internet”. *Philosophy and social criticism*. v. 27, n. 4.
- KIES, Raphaël. (2010) *Promises and limits of web-deliberation*. New York: Palgrave Macmillan.
- HINDMAN, D. & WIEGAND, K. (2008). “The Big Three’s Prime Time decline: A social and technological context”. In: *Journal of Broadcasting and Electronic Media* 52, 119-135
- HORA, MONTEIRO E ARICA (2010). “Confiabilidade em Questionários para Qualidade: Um Estudo com o Coeficiente Alfa de Cronbach”. *Produto & Produção*, vol. 11, n. 2, p. 85 - 103, jun. 2010
- KIES, Raphaël. (2010) *Promises and limits of web-deliberation*. Palgrave Macmillan,
- LESTON-BANDEIRA, Cristina. (2007) “The impact of the internet on Parliaments: a legislative studies framework”. *Parliamentary Affairs*, v. 60, n. 4, p. 655-674.
- MARQUES, Francisco. (2008) Internet e oportunidades de participação política: Um exame dos websites de senadores brasileiros e norte-americanos. *Revista Fronteiras-Estudos Midiáticos*. IX(3): 155-166, set/dez 2007
- MARQUES, F.P.J. (2010) “Muro baixo, o povo pula”. Iniciativas institucionais de participação digital e seus desafios fundamentais. In: *Opinião Pública*. Campinas, vol. 16, nº1, junho.
- NORRIS, P. (2001) *Digital divide: Civic engagement, information poverty & the internet worldwide*. Cambridge: Cambridge University Press.

- NORTON, P. (2007) "Four models of political representation: British MPs and the use of ICT". *The Journal of Legislative Studies*, V. 13. N. 3. September, p. 354-369.
- PAPACHARISSI, Z. (2010) "The virtual sphere 2.0: the internet, the public sphere, and beyond". In: Chadwick & P. Howard (Eds.) 2010, *The Routledge Handbook of Internet Politics* New York: Routledge.
- Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil: 2005-2009 (coordenação executiva e editorial, Alexandre F. Barbosa) (2010)- São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil.
- POLLETTA, F.; LEE, J. (2006) "Is telling stories good for democracy? Rhetoric in public deliberation after 9/11". In: *American sociological review*, v. 71, n. 5.
- Projeto "Representação Política e Qualidade da Democracia: um estudo das elites parlamentares da América Latina". (2010) Coordenação: "Instituto Interuniversitario de Estudios de Iberoamérica y Portugal da Universidade de Salamanca". Realização do Módulo Brasil: Centro de Estudos Legislativos da Universidade Federal de Minas Gerais.
- RHEINGOLD, Howard. (1993) *The Virtual Community: Homesteading on the Electronic Frontier*. Reading, Massachusetts: Addison-Wesley
- WARD, S. and LUSOLI, W. (2005) "From weird to wired: MPs, internet and representative politics in the UK". *The journal of representative studies*. Vol. 11. Nº 1,.
- WILHELM, Anthony G. (2000) *Democracy in the digital age*. New York: Routledge.

ANEXOS

Tabela 1. Frequência de múltipla entrada com todas as variáveis em análise, Câmara dos Deputados, 2010, Brasil.

Variáveis	Frequência de utilização das ferramentas			Questões sem opinião formada		Questões com conflito	
	Pouco	Regular	Muito	Influencia	Não Influencia	Influencia	Não influencia
Esquerda	19	9	32	29	30	22	34
Centro	20	8	27	22	31	19	32
Direita	3	3	7	4	8	4	8
Ideologia	42	20	66	55	69	45	74
Governo	30	15	50	45	46	37	50
Oposição	12	6	16	11	23	8	24
Governo x oposição	42	21	66	56	69	45	74
1o Mandato	14	8	24	23	23	20	23
+ de 1 mandato	27	13	42	33	46	25	51
Mandatos	41	21	66	56	69	45	74
Masculino	37	18	58	44	66	36	71
Feminino	5	3	8	12	3	10	3
Sexo	42	21	66	56	69	46	74
Sul	3	3	16	12	10	11	10
Sudeste	18	5	23	18	25	16	26
Centro-oeste	3	3	5	8	4	5	6
Nordeste	14	4	15	11	23	7	25
Norte	4	6	6	6	8	5	7
Região	42	21	65	55	70	44	74
30 a 39 anos	5	4	3	5	7	5	7
40 a 49 anos	9	3	14	10	16	7	17
50 a 59 anos	13	9	24	20	24	15	27
60 anos e mais	15	4	25	20	22	18	24
Idade	42	20	66	55	69	45	75
Secundário	3	1	6	4	6	5	5
Superior (inc.)	3	3	5	9	3	8	4
Superior	18	11	33	21	36	18	39
Pós-graduação	16	4	22	22	20	14	23
Escolaridade	40	19	66	56	65	45	71
Pouco ativo	7	4	8	4	15	7	11
Ativo	30	12	39	38	38	26	47
Muito ativo	6	5	18	12	16	11	17
Atividade parlamentar	43	21	65	54	69	44	75

Fonte: Projeto “Representação Política e Qualidade da Democracia: um estudo das elites parlamentares da América Latina”, 2010.

Figura 1. Portal da Câmara dos Deputados. Aba “Participe”, 2010, Brasil.



Fonte: Portal da Câmara dos Deputados. <http://www2.camara.leg.br/>. Acesso em: 24/07/2015